

Avaliação da implementação da política municipal de assistência farmacêutica sob a ótica da administração política

Evaluation of the implementation of the municipal pharmaceutical assistance policy from the perspective of political administration

Evaluación de la implementación de la política municipal de asistencia farmacéutica desde la perspectiva de la gestión política

Marcelo Paixão¹, Joslene Lacerda Barreto, Jefferson Reis Guimarães Andrade, Juceni

Pereira de Lima David, Elizabeth Matos Ribeiro² 

¹ Universidade do Estado da Bahia – Brasil. ² Universidade Federal da Bahia - Brasil.

*Autor de correspondência: marceloney@hotmail.com

RESUMO

Durante o processo de consolidação do novo modelo de política de saúde no País, instituído pelo Sistema Único de Saúde, diversas ações legais e institucionais foram desenvolvidas para viabilizar a gestão plena e descentralizada da saúde. Porém, estudos sobre o setor da Assistência Farmacêutica em municípios brasileiros apontam para a existência de obstáculos políticos e técnicos que impedem a plena efetivação das políticas públicas nessa área, comprometendo o acesso da população aos medicamentos e a qualidade dos serviços ofertados. Um dos motivos para essa realidade é a existência de um hiato entre a formulação das políticas públicas e a capacidade dos municípios em executá-las, impactando no cumprimento dos objetivos propostos. É nesse sentido que os postulados da Administração Política se apresentam como um importante arcabouço teórico para compreender a implementação de políticas públicas, pois possibilita uma análise aprofundada dos processos administrativos, tanto no que diz respeito à formulação das políticas públicas (dimensão política) quanto à execução das ações (dimensão técnica). Destarte, este trabalho tem como objetivo apresentar uma matriz de análise voltada para avaliação da capacidade dos municípios na implementação da Política Municipal de Assistência Farmacêutica, sob a ótica da Administração Política.

ABSTRACT

During the process of consolidating the country's new health policy model, established by the Unified Health System of Brazil (SUS), several legal and institutional actions were developed to enable the full and decentralized management of health. However, studies on the Pharmaceutical Assistance sector in Brazilian municipalities point to the existence of political and technical obstacles that impede the full effectiveness of public policies in this area, compromising the population's access to medicines and the quality of the services offered. One of the reasons for this reality is the existence of a gap between the formulation of public policies and the municipalities' capacity to execute them, impacting the achievement of the proposed objectives. It is in this sense that the tenets of Political Administration present themselves as an important theoretical framework for understanding the implementation of public policies, as it allows for an in-depth analysis of administrative processes, both concerning the formulation of public policies (political dimension) and the execution of actions (technical dimension). Therefore, this work aims to present an analysis matrix focused on evaluating the capacity of municipalities to implement the Municipal Pharmaceutical Assistance Policy, from the perspective of Political Administration.

RESUMEN

Durante el proceso de consolidación del modelo de política de salud, instituido por el Sistema Único de Salud (SUS), se desarrollaron diversas acciones legales e institucionales para viabilizar la gestión plena y descentralizada. Sin embargo, estudios sobre el sector de la Asistencia Farmacéutica en municipios brasileños señalan la existencia de obstáculos políticos y técnicos que impiden la plena efectividad de las políticas públicas en esta área, comprometiendo el acceso de la población a los medicamentos y la calidad de los servicios ofrecidos. La existencia de un hiato entre la formulación de las políticas públicas y la capacidad de los municipios para ejecutarlas, impactan en el cumplimiento de los objetivos. Los postulados de la Administración Política se presentan como un importante marco teórico para comprender la implementación de políticas públicas, ya que posibilita un análisis profundo de los procesos administrativos, tanto en lo que respecta a la formulación de las políticas públicas (dimensión política) como a la ejecución de las acciones (dimensión técnica). Este trabajo tiene como objetivo presentar una matriz de análisis orientada a la evaluación de la capacidad de los municipios en la implementación de la Política Municipal de Asistencia Farmacéutica, bajo la óptica de la Administración Política.

PALAVRAS-CHAVE:

Gestão da Saúde
SUS
Assistência Farmacêutica
Gestão Municipal
Administração Política

KEYWORDS:

Health Management
Unified Health System (SUS)
Pharmaceutical Assistance
Municipal Management
Political Administration

PALABRAS-CLAVE:

Gestión de la Salud
Sistema Único de Salud (SUS)
Asistencia Farmacéutica
Gestión Municipal
Administración Política

SUBMETIDO: 16 de novembro de 2025 | **ACEITO:** 09 de dezembro de 2025 | **PUBLICADO:** 30 de dezembro de 2025

© Revista Brasileira de Administração Política, 2025. Este artigo é distribuído sob uma Licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

INTRODUÇÃO

O Movimento da Reforma Sanitária no Brasil, marco entre as décadas de 70 e 80, representou um pilar disruptivo com os princípios que ordenavam a política de saúde vigente no país. Seus ideais, reafirmados na 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), fundamentaram a garantia constitucional da saúde para todos os cidadãos brasileiros na Constituição Federal (CF) de 1988.

Através do seu artigo 196, a CF institucionalizou o Sistema Único de Saúde (SUS) que passou a ser gestado de forma descentralizada, com poderes e responsabilidades compartilhados pelos níveis de governo federal, estadual e municipal no Brasil (Brasil, 1988).

Esse processo modificou o padrão de gestão das políticas públicas de saúde, levando os governos estadual e municipal a dividirem, com o governo federal, o protagonismo da gestão das ações voltadas à saúde no país, anteriormente centralizada no nível federal. Essa reestruturação do arcabouço político na área da saúde no Brasil marcou um novo padrão de Administração Política que, segundo Santos et al. (2017, p. 944), representa uma ciência com “abordagem teórica capaz de contribuir para (re)interpretar e (re)significar a realidade social e organizacional”.

Do mesmo modo, o modelo descentralizador de gestão das políticas públicas de saúde passou a exigir maior capacidade de práticas administrativas, especialmente por parte dos gestores municipais. Para Andrade e Ribeiro (2022), a concessão de mais competências aos municípios gerou demandas cruciais nas dimensões político-institucionais, organizacionais e administrativas.

Denis e Champagne (1997) descreveram que, embora a descentralização constitua uma estratégia global endossada pela maioria dos países que busca a melhoria de seus sistemas de saúde, ela não assegura a eficácia das intervenções sem um prévio conhecimento acerca de quais são suas características de implantação, o grau de implementação e os fatores que favorecem sua dinâmica.

Diferentes estudos refletem que a concepção e execução de políticas públicas estão atreladas à complexidade de valores, interesses políticos, relações de poder, crenças, negociação de consensos, conferindo um caráter subjetivo

para a capacidade de articulação e implementação das ações governamentais (Cristaldo, 2022; Ribeiro et al., 2021)

Neste ponto reside uma histórica subordinação dos municípios, oriunda da imposição constitucional dos interesses das esferas federal e estadual. Segundo Faoro (2012), a subjugação dos municípios aos interesses políticos estadual e federal, que conformaram o poder local brasileiro, é crônica e as marcas ainda não foram superadas, favorecendo o estabelecimento de barreiras entre a concepção e a implantação das políticas públicas no Brasil.

Essa conjuntura é retratada por trabalhos que, ao analisarem a execução das políticas públicas nos municípios, apontaram fragilidades administrativas incluindo as Políticas na área da Assistência Farmacêutica que acompanharam o processo de descentralização da gestão da saúde no Brasil (Oliva, 2021; Nogueira, 2014; Barreto; Guimarães, 2010; Oliveira; Assis; Barboni, 2010).

Destarte, amparado pela teoria da Administração Política como referencial onto-epistêmico e teórico-metodológico, definiu-se como problema central orientador a seguinte questão: Qual a capacidade dos municípios para implementação da Política de Assistência Farmacêutica, à luz da Teoria da Administração Política?

Para responder a esse questionamento foi delimitado o seguinte pressuposto teórico: Ao tomar como base a Teoria da Administração Política, esta Ciência possibilita realizar um estudo com enfoque metodológico que inclui aspectos políticos e técnicos (gestão e gerência) dos municípios para a efetiva implementação da Política de Assistência Farmacêutica em seus territórios.

A partir dessa problematização, foi definido o objetivo geral de elaborar uma matriz de análise como modelo de avaliação da capacidade dos municípios para implementação da Política de Assistência Farmacêutica, seguindo os postulados teóricos Administração Política.

REFERENCIAL TEÓRICO

Dentre as políticas públicas concebidas no âmbito do SUS, um importante marco legal foi a criação da Política Nacional de Medicamentos (PNM) com vistas à melhoria das condições da assistência à saúde da população no Brasil.

Instituída através da Portaria 3.916 de 1998, a PNM teve como proposta "garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade destes produtos, a promoção do uso racional e o acesso da população àqueles considerados essenciais" (Brasil, 1998, p.5).

A PNM estabeleceu diretrizes de ações a serem desenvolvidas, conjuntamente, pelos gestores da esfera federal, estadual e municipal, com destaque para o campo da Assistência Farmacêutica. Esta última diretriz, em contraponto ao caráter anteriormente restritivo para aquisição de medicamentos, teve como proposta o desenvolvimento de ações que visavam a ampliação do acesso da população aos medicamentos essenciais, promovendo o uso racional e a integração com os serviços de Atenção Primária à Saúde (Brasil, 1998).

Com essa finalidade, através da publicação da Resolução nº 338 que estabeleceu a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) em maio de 2004, a Assistência Farmacêutica¹ foi ampliada para o desenvolvimento de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, alinhando-se às diretrizes e princípios descentralizadores do SUS (Araújo; Souza; Figueiredo, 2021).

Como efeito, a Assistência Farmacêutica passou a integrar a rede de serviços públicos de saúde enquanto direito constitucional à saúde, consolidada mediante a garantia de acesso ao medicamento através de programas e políticas públicas efetivas, por meio da gestão descentralizada entre as esferas governamentais (Brasil, 2004).

Ressalta-se, porém, que quando se considera o contexto municipal da Assistência Farmacêutica, estudos apontam para falhas na efetivação dessa política em muitos municípios brasileiros, decorrentes de fatores políticos e técnicos que interferem no alcance dos propósitos almejados (Araújo *et al.*, 2017; Barros *et al.*, 2017; Costa *et al.*, 2017; Gerlack *et al.*, 2017) Esses problemas

¹ A Assistência Farmacêutica é definida pela Resolução nº 338 de maio de 2004 como um conjunto de ações desenvolvidas pelo farmacêutico e outros profissionais de saúde, voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto no nível individual como coletivo, tendo o medicamento como insumo essencial e visando o acesso e o seu uso racional. Envolve a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como a sua seleção, programação, aquisição, distribuição, dispensação, garantia da qualidade dos produtos e serviços, acompanhamento e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população (BRASIL, 2004, p. 1).

impactam em dificuldades no acesso aos medicamentos, prejuízos nos tratamentos e deterioramento da proposta de melhoria de vida dos pacientes.

Nesse sentido, é essencial a realização de estudos contínuos que avaliem o processo de gestão das políticas de Assistência Farmacêutica, aprofundando a investigação dos fatores causais e propondo ações estratégicas que melhorem o retrato atual deste importante setor da saúde.

Vieira-da-Silva *et al.* (2007, p.2) tecem que fatores políticos, sociais e relacionais são determinantes para os resultados distintos do processo de descentralização da saúde e que, por esses motivos, a reorganização da atenção à saúde “requer a realização de investigações com base em enfoques metodológicos diferenciados, visando captar a complexidade do objeto a partir de distintos ângulos”.

Analisando os estudos tradicionais que adotam os postulados da Administração Científica para avaliação das Políticas Públicas, Santos *et al.* (2017) ressaltam que as bases teórico-metodológicas utilizadas por essas pesquisas não são plenamente suficientes para uma análise mais aprofundada da Administração Pública, pois negligenciam os aspectos social e político que explicam a natureza/essência dos fenômenos administrativos. Segundo os autores, isso limita a compreensão da complexidade dos processos de implementação de políticas públicas.

Considerando que a avaliação das políticas públicas não pode estar dissociada das relações sócio-políticas que marcaram as ações governamentais/sociais para suas concepções, é salutar a adoção de diferentes bases epistêmicas e teórico-metodológicas que permitam ampliar o conhecimento sobre as causalidades ou intencionalidades que podem explicar a origem e evolução dos saberes e práticas administrativas, contrapondo-se ao pensamento tradicional e ortodoxo que predomina nos estudos administrativos (Santos *et al.*, 2017; Santos; Ribeiro, 1993).

É nesta perspectiva que os postulados da Administração Política surgem como importantes instrumentos para a construção de bases conceituais e metodológicas críticas, que ajudam a ampliar o entendimento sobre a efetividade das políticas públicas, em especial a capacidade dos municípios na implementação da Política de Assistência Farmacêutica. Essa Ciência possibilita

fundamentar as análises tanto do ponto de vista relacionado à concepção dos aspectos políticos (capacidade de gestão), quanto aquele relacionado às dimensões técnicas na execução das ações administrativas (capacidade de gerência), ambas indissociáveis para operacionalização de um dado modelo de Administração (Santos *et al.*, 2017; Santos; Ribeiro; Santos, 2009; Santos, 2004).

A Teoria da Administração Política considera a capacidade de gestão como o modo de articulação da concepção de uma política com seu movimento para o alcance da finalidade e objetivos administrativos, estando associado aos macroprocessos políticos e sociais. Já a capacidade de gerenciamento está atrelada à qualidade da implementação e consolidação do projeto concebido pela gestão (Andrade; Ribeiro, 2022; Santos; Ribeiro; Santos, 2009; Santos, *et al.*, 2017). Ou seja, avaliar essas capacidades administrativas requer um olhar ampliado que abranja os aspectos sociais, político institucionais e técnico-operacionais de uma dada política pública a ser implementada.

Na concepção da Administração Política, a gestão e a gerência são processos indissociáveis que conectam o pensar (planejar a gestão) e o agir (executar a gerência) dentro de um determinado contexto. Ou seja, a gerência é a realização do que foi formulado pela gestão. Enquanto a dimensão da gestão tem o papel de conceber (gestar), a dimensão da gerência assume a função de fazer acontecer a ação (gerenciar). Ambas trabalham conjuntamente, pois a gerência põe em prática, por meio de processos e ferramentas, a definição planejada pela gestão (Santana; Ribeiro; Ribeiro, 2018; Santos, *et al.*, 2017).

Segundo Santos, Ribeiro e Santos (2009), todo esse arcabouço teórico garante espaço próprio de atuação da Administração Política ao assumir a responsabilidade por conceber e implantar os meios concretos para fazer a gestão e gerência das possibilidades de produção, realização, circulação e distribuição com o objetivo de garantir e elevar a materialidade social. Ainda conforme os autores citados, em termos de ensino, pesquisa e extensão, a teoria da Administração Política possibilita à análise administrativa sair de um formato metodológico mais casuístico para alcançar compreensões e capacidades cognitivas que permitam formulações mais gerais, fundadas em conteúdos mais relevantes, particularmente os vinculados ao campo da gestão.

Em síntese, ao (re)significar gestão e gerência sob a lente da Administração

Política, os pesquisadores constataam que os referenciais teóricos e as práticas atuais da administração ainda são insuficientes para enfrentar os complexos desafios da sociedade contemporânea, evidenciando a necessidade de renovar os conhecimentos administrativos para responder aos desafios atuais e contribuir para a transformação das práticas administrativas (Santos *et al.*, 2017).

Assim, avaliar um padrão histórico de uma Administração Pública implica, pois, em avançar na compreensão de uma concepção crítica, contextualizada e mais ampla de Administração Política da sociedade, que abriga e fundamenta as formas e movimentos das organizações públicas, privadas e sociais.

Portanto, a teoria da Administração Política considera que analisar políticas públicas significa levar em consideração duas categorias centrais de análise: a capacidade de gestão e a capacidade de gerência. Analisar a capacidade de gestão é compreender o modo de articulação da concepção da Política Pública e os movimentos para o alcance dos objetivos definidos; já fazer uma análise da capacidade de gerência é observar os micro-processos administrativos que orientam a qualidade da implantação da política concebida pela gestão. A articulação das capacidades de gestão e gerência vão definir a capacidade de Administração Política de uma sociedade ou organização (SANTOS, 2004).

Santos *et al.* (2017) orientam que, para analisar uma política pública, é fundamental estabelecer as dimensões e os elementos analíticos que vão nortear essa análise, levando em consideração que a implementação de políticas públicas está associada ao ato de concepção da mesma (gestão) e ao ato de agir (gerência).

Com o objetivo de mapear de forma inter-relacionada, ampla e aprofundada esses fatores, considerando os aspectos políticos, sociais e econômicos envolvidos na execução de uma dada política, este trabalho apresenta uma proposta de Matriz de Análise para avaliação da capacidade dos municípios para implementação da Política de Assistência Farmacêutica.

METODOLOGIA

Para construir as dimensões norteadoras da Matriz de Análise, foram

utilizados os seis fatores condicionantes para a implementação de políticas públicas, identificados por Andrade (2022) em uma revisão sistemática da literatura. Esses fatores estão pautados e categorizados nos conceitos de capacidade de gestão e gerência, em alinhamento aos postulados teórico-metodológicos da Teoria da Administração Política.

O quadro abaixo apresenta as dimensões da Implementação da Política da Assistência Farmacêutica, adaptadas a partir dos fatores construídos por Andrade (2022):

Quadro 1: Dimensões da Implementação da Política da Assistência Farmacêutica.

MACRODIMENSÕES	DIMENSÃO	DEFINIÇÃO
Capacidade de Gestão	Desenho Institucional da Política	Conhecer os aspectos políticos, institucionais, organizacionais e administrativos (em sua dimensão formal) que fundamentam a concepção da gestão da Política de Assistência Farmacêutica nos municípios.
	Relacionamento Intergovernamental	Observar as relações intersetoriais e intergovernamentais dos municípios nas ações políticas para o desenvolvimento da Assistência Farmacêutica.
	Participação Social	Apurar a participação social no acompanhamento, fiscalização e decisões pertinentes à Política Municipal da Assistência Farmacêutica.
Capacidade de Gerência	Recursos físicos, financeiros e humanos	Verificar os recursos técnicos-operacionais, envolvendo recursos físicos (instalações, equipamentos, materiais, tecnologias), financeiros e humanos necessários para a efetiva execução da política da Assistência Farmacêutica municipal.
	Burocratas implementadores	Analisar a atuação dos farmacêuticos responsáveis pela execução da política da Assistência Farmacêutica municipal.
	Contexto local	Compreender a execução das ações formuladas para implementação da Assistência Farmacêutica, a partir da realidade territorial e local do município.

Fonte: Adaptado pelo autor (2025), com base em Andrade (2022).

A partir dessa visão, distanciando-se de uma abordagem funcionalista, foi elaborada uma Matriz de Análise com o intuito de tornar visualmente compreensíveis as possíveis correlações dos fatores técnicos-sociais-políticos para

avaliação da capacidade de implementação da Política da Assistência Farmacêutica pelos municípios.

Quadro 2: Matriz de Análise

MACRODIMENSÃO

CAPACIDADE DE GESTÃO
(Macroprocessos administrativos e organizacionais que orientam os aspectos sociopolíticos e institucionais)

DESENHO INSTITUCIONAL DA POLÍTICA
Aspectos políticos, institucionais e administrativos que fundamentam a concepção da Política de Assistência Farmacêutica nos municípios.

PERGUNTAS NORTEADORAS	INDICADORES	VARIÁVEIS ANALÍTICAS
Eu participei da elaboração do planejamento da Assistência Farmacêutica que consta no Plano Municipal de Saúde vigente?	Participação do farmacêutico no Planejamento das ações da Política de Assistência Farmacêutica no Plano Municipal de Saúde (PMS).	Aspectos Político-Institucionais
Eu conheço todas as ações planejadas para a Assistência Farmacêutica da Atenção Básica constantes no Plano Municipal de Saúde vigente do município onde atuo?	Conhecimento das ações da Política de Assistência Farmacêutica, no Plano Municipal de Saúde (PMS), por parte do profissional farmacêutico.	Aspectos Político-Institucionais
As instruções para as ações da Assistência Farmacêutica, constantes no Plano Municipal de Saúde, são acessíveis e de fácil compreensão para todos os envolvidos na Política da Assistência Farmacêutica?	Clareza e acessibilidade das informações sobre as ações da Assistência Farmacêutica, descritas no Plano Municipal de Saúde.	Aspectos Político-Institucionais
Os serviços farmacêuticos no município onde atuo têm condições de atender plenamente as exigências dos objetivos e metas da Assistência Farmacêutica municipal, descritas no Plano Municipal de Saúde vigente?	Percepção do farmacêutico sobre as condições do município em atender aos objetivos e metas da Assistência Farmacêutica descritas no Plano Municipal de Saúde.	Aspectos Político-Administrativos

MACRODIMENSÃO

CAPACIDADE DE GESTÃO
(Macroprocessos administrativos e organizacionais que orientam os aspectos sociopolíticos e institucionais)

RELACIONAMENTO INTERGOVERNAMENTAL
Aspectos que revelam a relação do Município com o Estado no desenvolvimento da política

municipal de Assistência Farmacêutica.

PERGUNTAS NORTEADORAS	INDICADORES	VARIÁVEIS ANALÍTICAS
O atendimento prestado pela Secretaria Municipal de Saúde à área da Assistência Farmacêutica é satisfatório, contribuindo para a execução efetiva dessa Política no município e para a sua prestação de contas?	Atuação da Secretaria Municipal de Saúde na execução da Política de Assistência Farmacêutica municipal.	Apoio técnico-institucional
O município recebe/recebeu suporte institucional do Estado para a elaboração do Plano Municipal de Assistência Farmacêutica?	Suporte institucional do Estado ao município para a elaboração do Plano Municipal de Assistência Farmacêutica.	Apoio técnico-institucional
Considero que o suporte prestado pela Assistência Farmacêutica pelos Núcleos Regionais de Saúde é efetivo para o meu município?	Apoio da Assistência Farmacêutica do Núcleo Regional de Saúde aos municípios.	Apoio técnico-institucional
No último ano, o Estado ofertou capacitações e treinamentos que atenderam às necessidades técnicas e gerenciais para a execução da Assistência Farmacêutica no município?	Oferta de capacitações e treinamentos por parte do Estado para a execução da Assistência Farmacêutica nos municípios.	Apoio técnico-institucional

MACRODIMENSÃO

CAPACIDADE DE GESTÃO

(Macroprocessos administrativos e organizacionais que orientam os aspectos sociopolíticos e institucionais)

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Aspectos que revelam a capacidade de atuação da sociedade civil através do Conselho Municipal de Saúde nas ações de acompanhamento, fiscalização e decisões pertinentes à Política Municipal da AF.

PERGUNTAS NORTEADORAS	INDICADORES	VARIÁVEIS ANALÍTICAS
A atuação do Conselho Municipal de Saúde discute e delibera sobre as ações da Assistência Farmacêutica municipal, resultando em um melhor aproveitamento dos recursos, adequação às necessidades locais e atendimento aos interesses da coletividade?	Atuação do Conselho Municipal de Saúde sobre as ações da Política da Assistência Farmacêutica municipal.	Controle e Participação Social
É realizada a prestação de contas para o Conselho Municipal de Saúde referente às despesas da execução da Assistência Farmacêutica municipal?	Prestação de contas da Assistência Farmacêutica municipal para o Conselho Municipal de Saúde.	Controle e Participação Social

No município onde atuo, os usuários participam das decisões relacionadas à gestão da Assistência Farmacêutica municipal?	Participação social nas decisões sobre a Assistência Farmacêutica Municipal.	Controle e Participação Social
Existem registros de ações e/ou projetos para a Assistência Farmacêutica, aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde, nos últimos 12 meses?	Apresentação de projeto da Assistência Farmacêutica municipal para o Conselho Municipal de Saúde.	Controle e Participação Social
No município onde atuo, existem mecanismos para recebimento de críticas e sugestões da população direcionados à Assistência Farmacêutica municipal?	Canal de recebimento de críticas e sugestões de usuários sobre medicamentos e sobre a Assistência Farmacêutica municipal.	Participação Social

MACRODIMENSÃO

CAPACIDADE DE GERÊNCIA

(Microprocessos administrativos e organizacionais que orientam as ações para a execução do alcance da finalidade dos macroprocessos de gestão)

RECURSOS FÍSICOS, FINANCEIROS, TECNOLÓGICOS E HUMANOS

Aspectos que englobam os recursos físicos, humanos, financeiros e tecnológicos necessários para a implementação da Política de Assistência Farmacêutica

PERGUNTAS NORTEADORAS	INDICADORES	VARIÁVEIS ANALÍTICAS
Considero que o setor farmacêutico dispõe de equipe de trabalho habilitada (formação, conhecimento e disponibilidade de tempo) para executar a Política da Assistência Farmacêutica municipal?	Equipe de trabalho habilitada para execução da Política da Assistência Farmacêutica municipal.	Aspectos técnicos-administrativos
Considero que o setor farmacêutico dispõe de recursos físicos e tecnológicos necessários para implementar a Política da Assistência Farmacêutica municipal (espaço adequado, ar condicionado, computador, impressora, estantes, armários, termômetros, higrômetros, sistema de informação, internet, etc.)?	Disponibilidade de recursos físicos e tecnológicos necessários para implementação da Política da Assistência Farmacêutica municipal.	Aspectos de Infraestrutura física e tecnológica
Considero que o setor farmacêutico dispõe de recursos financeiros para implementar a Política da Assistência Farmacêutica municipal (despesas com telefone, combustível, material de expediente e outros não cobertos pelos recursos destinados à aquisição de medicamentos)?	Disponibilidade de recursos financeiros necessários para implementação da Política da Assistência Farmacêutica municipal.	Aspectos financeiros

Considero que as estruturas físicas das farmácias das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município estão devidamente adequadas para a execução eficiente da Assistência Farmacêutica?	Adequação das estruturas físicas das farmácias das Unidades Básicas de Saúde (UBS) para a execução da Assistência Farmacêutica municipal.	Aspectos de Infraestrutura física
Considero que o setor farmacêutico dispõe de equipe de trabalho habilitada para executar a Política da Assistência Farmacêutica municipal?	Equipe de trabalho habilitada para execução da Política da Assistência Farmacêutica municipal.	Aspectos técnicos-administrativos

MACRODIMENSÃO

CAPACIDADE DE GERÊNCIA

(Microprocessos administrativos e organizacionais que orientam as ações para a execução do alcance da finalidade dos macroprocessos de gestão)

BUROCRATAS IMPLEMENTADORES

Aspectos que envolvem o gerenciamento da Assistência Farmacêutica Municipal pelo profissional farmacêutico responsável técnico da Assistência Farmacêutica.

PERGUNTAS NORTEADORAS	INDICADORES	VARIÁVEIS ANALÍTICAS
Possuo formação, conhecimento e capacitação para implementação e execução dos serviços farmacêuticos da Assistência Farmacêutica municipal?	Qualificação do profissional farmacêutico para execução dos serviços farmacêuticos da Assistência Farmacêutica municipal.	Aspectos de Capacitação profissional
No município onde atuo, possuo uma rede integrada de apoio com outras coordenações de saúde e profissionais do município, no que se refere à execução de serviços farmacêuticos da Assistência Farmacêutica municipal?	Rede de apoio integrado para a execução da Política da Assistência Farmacêutica municipal.	Apoio técnico-administrativo
Eu tenho autonomia para o gerenciamento dos recursos financeiros destinados ao componente básico da Assistência Farmacêutica, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde?	Autonomia do profissional farmacêutico no gerenciamento dos recursos financeiros da Assistência Farmacêutica no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.	Autonomia decisória
Eu tenho autonomia para o desenvolvimento de ações de saúde junto à população do município, no tocante à área básica da Assistência Farmacêutica?	Autonomia do profissional farmacêutico para o desenvolvimento de ações de saúde junto à população do município.	Autonomia decisória
Eu tenho autonomia para o gerenciamento dos processos de armazenamento, distribuição e dispensação dos medicamentos do	Autonomia do profissional farmacêutico para o gerenciamento de medicamentos da Assistência	Autonomia decisória

componente básico da Assistência Farmacêutica, no município onde atuo?	Farmacêutica Básica municipal.	
--	--------------------------------	--

MACRODIMENSÃO

CAPACIDADE DE GERÊNCIA

(Microprocessos administrativos e organizacionais que orientam as ações para a execução do alcance da finalidade dos macroprocessos de gestão)

CONTEXTO LOCAL (ESPECIFICIDADES DO MUNICÍPIO)

Aspectos que retratam a capacidade de implementação da política de Assistência Farmacêutica, a partir da realidade territorial e local do município.

PERGUNTAS NORTEADORAS	INDICADORES	VARIÁVEIS ANALÍTICAS
A Assistência Farmacêutica possui Farmácias ou unidades de dispensação em toda a área territorial do município onde atuo (incluindo, além da zona urbana, áreas como as rurais, indígenas, quilombolas, praiana, etc.)?	Capilaridade da Assistência Farmacêutica em todo território do município.	Aspecto saúde-territorial
A Assistência Farmacêutica do município onde atuo consegue atender, com regularidade, às necessidades de medicamentos em todo o seu território, considerando as distâncias e épocas sazonais?	Capacidade da Assistência Farmacêutica municipal em atender as necessidades de medicamentos em todo o seu território.	Aspecto saúde-territorial
A Assistência Farmacêutica consegue realizar ações educativas para a população em todo o território do município onde atuo?	Capacidade do município em ações educativas para a população em todo o seu território.	Aspecto educativo-territorial
A Assistência Farmacêutica municipal desenvolve estratégias/projetos que reconhecem as práticas tradicionais e culturais da população, em relação aos cuidados com saúde?	Desenvolvimento de ações de reconhecimento das práticas tradicionais e culturais da população, em relação aos cuidados com saúde.	Aspectos Culturais
A Assistência Farmacêutica é valorizada pelo(a) secretário(a) de saúde do município onde atuo?	Valorização da Assistência Farmacêutica pelo(a) secretário(a) de saúde do município.	Valorização setorial

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

CONCLUSÃO

A utilização dos postulados da Administração Política revelou-se estratégica para a elaboração da Matriz de Análise, pois essa Ciência permite ampliar o

escopo da investigação científica na área da Administração, possibilitando compreender as dinâmicas sociais mais amplas que moldam as organizações, e propondo novas formas de pensar e agir.

Ao adotar recurso onto-epistêmico da Administração Política como base teórico-metodológica para avaliar uma política pública, foi fundamental definir um conjunto de indicadores que contemplasse a intencionalidade, concepção do projeto (gestão) e as dinâmicas executoras da política (gerência).

Entende-se, assim, que a proposta da Matriz de Análise não é direcionada para mensurar os resultados alcançados pela Política Municipal de Assistência Farmacêutica, e sim compreender a totalidade e inter-relacionamentos das condições que impactam na capacidade de implementação dessa Política pelos municípios.

Dessa forma, o modelo de avaliação apresentado tem como propósito ampliar o entendimento do processo de implementação da Política Municipal de Assistência Farmacêutica, ao analisar qualitativamente e conjuntamente as capacidades de gestão e gerência envolvidas na execução da política, buscando compreender a realidade, complexidade e totalidade do fenômeno.

Diante da complexidade de implementação da Política de Assistência Farmacêutica nos municípios, a Matriz de Análise representa uma inovação metodológica para avaliação da capacidade de implementação da Política da Assistência Farmacêutica pelos municípios, oferecendo um novo olhar para a totalidade do objeto sob diferentes perspectivas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. R. G; RIBEIRO, M. R. Capacity for Local Government Implementation of Public Policies: Analytical Model based on the theory of Political Management. *Administração Pública e Gestão Social*, vol. 14, núm. 4, 2022.

ARAÚJO, M. F. F; SOUZA, R. F; FIGUEIREDO, E. F. G. Assistência Farmacêutica no cuidado à saúde na atenção primária: uma revisão integrativa da literatura. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 15, e152101522877, 2021.

ARAÚJO, P. S; COSTA, E. A; JUNIOR, A. A. G; ACURCIO, F. A; F. A; GUIBU, I. A; COSTA, K. S; KARNIKOWSKI, M. G. O; SOEIRO, O. M; LEITE, S. N. Atividades farmacêuticas de natureza clínica na atenção básica no Brasil. *Revista de Saúde Pública*. 51 Supl 2:6s. 2017.

BARRETO, J. L; GUIMARÃES, M. C. L. Avaliação da gestão descentralizada da Assistência Farmacêutica básica em municípios baianos, Brasil. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.26, n.6, p.1207-1220, 2010.

BARROS, R. D; COSTA, E. A; SANTOS, D. B; SOUZA, G. S; ÁLVARES, J; JUNIOR, A. A. G; ACURCIO, F. A; GUIBU, I. A; COSTA, K. S; KARNIKOWSKI, M. G. O; SOEIRO, O. M; LEITE, S. N. Acesso a medicamentos: relações com a institucionalização da Assistência Farmacêutica. Revista de Saúde Pública. 51 Supl 2:8s. 2017.

BRASIL. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 338 de 6 de maio de 2004. Aprova a Política de Assistência Farmacêutica. Diário Oficial da União, Brasília, Seção I nº 96. 2004.

COSTA, K. S; TAVARES, N. U. L; JUNIOR, J. M. N; MENGUE, S. S; ÁLVARES, J. JUNIOR, A. A. G; ACURCIO, F. A; SOEIRO, O. M. Avanços e desafios da Assistência Farmacêutica na atenção primária no Sistema Único de Saúde. Revista de Saúde Pública. 51 Supl 2:3s. 2017.

CRISTALDO, R. C. Administração Política: Fenômeno, Essência e Totalidade. Revista Gestão e Planejamento, Salvador, v. 23, p.333-348, jan./dez. 2022.

DENIS, J. L; CHAMPAGNE, F. Análise de implantação. In: HARTZ, Z. M. A (org). Avaliação em saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1997, p.49-88.

FAORO, R. Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro. 5a edição, Editora Globo, Rio de Janeiro, 2012.

GERLACK, L. F; KARNIKOWSKI, M. G. O; AREDA, C. A; GALATO, D; OLIVEIRA, A. G; ÁLVARES, J; LEITE, S. N; COSTA, E. A; GUIBU, I. A; SOEIRO, O. M; COSTA, K. S; JUNIOR, A. A. G; ACURCIO, F. A. Gestão da Assistência Farmacêutica na atenção primária no Brasil. Revista de Saúde Pública. 51 Supl 2:15s. 2017.

OLIVA, A. G. D. Avaliação da Capacidade de Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar no IFMG – Campus Monte Carlos. Dissertação – mestrado – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2021.

OLIVEIRA, L. C. F; ASSIS, M. M. A; BARBONI, A. R. Avaliação da Assistência Farmacêutica Básica em um município da Bahia, Brasil. Revista Baiana de Saúde Pública. out./dez. v.34, n.4, p.853-864. 2010.

SANTANA, N. P; RIBEIRO, E. M; RIBEIRO, M. M; Uma aproximação teórico-analítica aos conceitos de gestão e gestão social à luz da Administração Política. Revista de Administração Pública. São Paulo, v.11, n.2, out. 2018.

SANTOS, F. R; JANKOSKI, A. R. M. C; OLIVEIRA, A.G; RASOTO, V. I. O orçamento-programa

e a execução das políticas públicas. *Revista do Serviço Público*, v. 68, n. 1, p.191–212, 2017.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; RIBEIRO, M. M.; SANTOS, T. C. S.; COSTA, V. M. Reestruturação produtiva do Estado brasileiro na perspectiva do projeto neoliberal. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.38, n.1, p.7-32, jan./fev. 2004.

SANTOS, R. S. A administração política como campo do conhecimento. São Paulo/Salvador: Hucitec/Mandacarú, 2004.

SANTOS, R. S. Em busca da apreensão de um conceito para a administração política. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 5, set./out. 2001.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M. A administração política brasileira. *Revista de Administração Pública*, v. 27, n. 4, p. 102-135, 1993.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M. As impossibilidades do projeto descentralizante do Brasil. *Série Estudos e Pesquisas/SEI: Salvador*. v.67. 2004.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; SANTOS, T. C. S. Bases Teóricas Metodológicas da Administração Política. *Revista de Administração Pública: Rio de Janeiro*, v.43. p.4919-4941, jul/ago, 2009.

SILVA, P. B. M.; LACERDA, S. F. Manifesto da Administração Política para o desenvolvimento do Brasil: As lições que devem ser aprendidas. *Revista Brasileira de Administração Política*, 3(2):63-74. 2016.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, 2006.

VIEIRA-DA-SILVA, L. M.; HARTZ, Z. M. A; CHAVE, S. C. L; SILVA, G. A. P; PAIM, J. S. Análise da implantação da gestão descentralizada em saúde: estudo comparado de cinco casos na Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. v 23, p.355-370, 2010.